

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.318 - PE (2019/0230451-7)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : RENATO MOREIRA DE MENDONCA CANUTO
ADVOGADOS : GABRIELA MAGALHÃES - AL007252
PEDRO JORGE MENDONÇA DE BARROS E OUTRO(S) - AL010111
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Trata-se de embargos de declaração por meio dos quais se sustenta a existência de vício, nos seguintes termos:

Pela descrição dos temas afetados à 1ª Seção, observa-se que em ambos se discute o momento em que o sócio deve figurar na sociedade para ter a execução fiscal contra si redirecionada em razão do encerramento irregular da pessoa jurídica.

Contudo, no caso concreto não se trata de redirecionamento de execução contra sócio, mas contra administrador não integrante do quadro societário da empresa executada.

Ao passar ao largo da distinção apontada, a afastar o presente recurso dos recursos representativos de controvérsia indicados na decisão, esta relatoria, com a devida vênia, deixou de apreciar questão fundamental à definição do destino do recurso especial. Tal omissão merece ser sanada.

(...) Como a condição de mero administrador da empresa - e não de seu sócio - foi expressamente reconhecida no acórdão regional, não se busca rediscutir fatos nem provas. O que se pretende é que responsabilizar o mero administrador pessoalmente com fundamento na dissolução irregular da empresa via de encontro a dispositivos do CTN. A discussão, portanto, é exclusivamente de direito federal.

(...) Ocorre que essa regra de responsabilização por dissolução aplica-se exclusivamente a sócios, não se estendendo a administradores que não integram o quadro societário da empresa. Para esses, a responsabilização é disciplinada no art. 135, III, do CTN, que, como demonstrado, exige a prática de ato relacionado ao fato gerador do tributo, o que não se dá em caso de dissolução superveniente da pessoa jurídica.

A embargante requer sejam acolhidos os embargos.

É o relatório. Passo a decidir.

A responsabilidade, no caso, é regida pelo disposto no art. 135, III, do CTN, a qual abrange administradores, diretores, gerentes etc — sócio ou não.

Conforme leciona a doutrina, para fins de responsabilização "não é necessário que o responsável pelo débito tributário seja sócio da sociedade, bastando alcançar a função de gerente com poderes de administração", ou seja, "o pré-requisito da

Superior Tribunal de Justiça

responsabilização tributária é o exercício da gerência e não a condição de sócio da pessoa jurídica de direito privado" (Paulsen, Leandro. Direito Tributário. 16ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, pág. 1.096).

Nesse contexto, ainda que não figurasse como sócio da pessoa jurídica executada, o ora embargante pode ser responsabilizado em razão do exercício da função de gerente/administrador.

Por outro lado, o recorrente, entre outras questões, sustenta que: *"se a retirada do sócio ocorre em data anterior ao encerramento irregular da sociedade, tal fator não se presta a fazê-lo suportar as dívidas fiscais assumidas, ainda que contraídas no período em que participava da administração da empresa"*. Essa questão está afetada para fins de julgamento pelo regime dos recursos repetitivos (Temas 962 e 981).

Por tais razões, não há falar em vício na decisão embargada.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

